



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6473 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT22 - Educação Ambiental

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM OLHAR VOLTADO A PROFESSORES E ALUNOS DE UMA ESCOLA PIAUIENSE**  
 Maria dos Remédios Regina de Jesus Lima - UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM OLHAR VOLTADO A PROFESSORES E ALUNOS DE UMA ESCOLA PIAUIENSE**

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é um recorte de uma dissertação de Mestrado em Educação que está em fase de desenvolvimento. Tem como temas a Educação Ambiental (EA) e o desenvolvimento de práticas pedagógicas, e seu campo empírico é uma escola da rede privada de ensino de uma cidade localizada no sudoeste do Estado do Piauí. Neste recorte teórico-analítico, o objetivo geral é compreender o desenvolvimento das práticas pedagógicas transversais relacionadas à EA na instituição investigada, com base no Projeto Político-Pedagógico da escola, articulando-o a uma concepção crítica e dialógica de Educação Ambiental (FREIRE, 1996; DIAS, 2010; FIGUEIREDO, 2003).

Nesse contexto, justifica-se a presente proposta de pesquisa por ser o meio ambiente o substrato mais importante para a coexistência da humanidade e dos demais seres vivos e ecossistemas. Assim, é necessário pensar como a educação pode contribuir para práticas conscientes de preservação e para o uso racional dos recursos ambientais, tão imprescindíveis para a manutenção e o equilíbrio dos ecossistemas.

Este trabalho encontra-se assim organizado: no próximo tópico, contextualiza-se a Educação Ambiental no Brasil, tendo em vista o referencial teórico que embasa a investigação. Em seguida, aborda-se a instituição objeto deste estudo e se descrevem suas práticas pedagógicas ligadas à Educação Ambiental, por meio de uma análise documental do seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), articulada ao referencial teórico e à legislação educacional brasileira. Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

## 2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Segundo Giron e Ferraro (2018, p. 247), a Educação Ambiental nasceu diante da problemática da crise ambiental e de suas nefastas consequências, surgindo como uma ferramenta de resposta a esse problema. A EA deveria primeiramente compreender seu objeto de estudo, propor soluções e dialogar com outros sujeitos em busca de uma sociedade mais crítica e, conseqüentemente, de uma atitude mais responsável, através da qual seria possível criar uma consciência ecológica. Zeppone (1999, p. 20) ressalta que, apesar das muitas definições de Educação Ambiental, é possível traçar uma linha de evolução em que ela deixa de ser entendida apenas na perspectiva ecológica, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais, éticos, políticos, científicos e culturais.

Segundo Reigota (2007, p. 11), a EA era delineada a partir de uma noção de meio ambiente, mas seus conceitos eram diversos, pois abrangiam desde termos científicos até representações sociais. Para o autor, a Educação Ambiental é desenvolvida sob a perspectiva de uma educação política, embasada em uma “filosofia política, da ciência e da educação anti-totalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social, buscando uma ‘nova aliança’ [...] com a natureza através de práticas pedagógicas dialógicas” (REIGOTA, 2007, p. 62).

Para Cascino (1999, p. 12) a EA não apresenta uma especificidade intocável, desconectada, mas tem uma inserção prática e ativa em uma abordagem interdisciplinar, desenvolvida por meio de conexões teóricas, disciplinares e leituras inovadoras nas esferas pedagógicas e escolares. Segundo o autor, a Educação Ambiental está fundamentada na interdisciplinaridade; desse modo, “teria na exploração conceitual muito a desenvolver, inclusive nas interfaces com o campo da investigação conceitual interdisciplinar.” (CASCINO, 1999, p. 75).

Tozoni-Reis (2008) apresenta uma abordagem um tanto filosófica para a temática da EA. Para a autora, foi preciso, inicialmente, trabalhar a dimensão pedagógica da EA refletida na relação “homem-natureza”: “O processo educativo ambiental pode ser compreendido com base nas reflexões empreendidas sobre as relações entre o homem e a natureza e sobre a educação”. (TOZONI-REIS, 2008, p. 20). A autora demonstra preocupação com a formação de professores de Educação Ambiental através de cursos de graduação. Em sua perspectiva, essa formação vai além da inserção profissional, pois a EA precisa de práticas pedagógicas específicas para se efetivar, bem como de uma consciência quanto ao equilíbrio harmônico do ser humano com o meio ambiente natural e social. Assim, a humanidade “deve se colocar como qualquer outra espécie que faz parte do ambiente.” (TOZONI-REIS, 2008, p. 24).

Medina e Santos (2008) abordam a Educação Ambiental de forma original, pois criaram um método denominado Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento (PROPACC), o qual se embasa em uma concepção construtivista da aprendizagem, “considerando os conceitos prévios dos alunos, que ‘constroem’ seus conhecimentos a partir de suas experiências, na procura das mudanças conceituais e na concepção do ensino como transformação e evolução gradativa.” (MEDINA; SANTOS, 2008, p. 11). A metodologia PROPACC inova no sentido de ser um processo estruturado de construção de saberes para a criação de equipes preocupadas com a implementação dos PCN na esfera educativa, social e ambiental, que visa a um trabalho planejado e direcionado pelas equipes compostas por membros de secretarias de educação e delegacias do MEC, voltando-se à formação de professores nos ensinos fundamental e médio e à inclusão dos temas transversais nos currículos escolares, com destaque para a EA.

Nesse âmbito, Dias (2010) apresenta 33 dinâmicas e 22 propostas de ensino prático para montagens de equipamentos. Tais práticas e estratégias educativas propõem uma abordagem mais sistemática e prática do ensino da EA, de modo que “Revelam os desafios de

sustentabilidade ao promover a percepção das causas e das consequências de nossas decisões, hábitos e atitudes e identificam formas de viver menos impactantes e mais harmoniosas, com mais valores humanos e menos arrogância.” (DIAS, 2010, p. 11).

Figueiredo (2003), em sua tese, trata de um problema local-global, a saber, a água como um elemento a partir do qual se discute a crise ambiental dentro de certas particularidades culturais. Para o autor, precisamos de uma Educação Ambiental

Crítica, política, popular, conseqüentemente dialógica. Essa EA crítica dialógica é, essencialmente, uma educação que capacita os seres humanos para a compreensão e resolução de questões ambientais, a partir de um embasamento estruturado pela perspectiva eco relacional, centrada em uma eco práxis, pretendendo a sustentabilidade em bases que consideram o movimento popular como sujeito central das ações. (FIGUEIREDO, 2003, p. 68).

A EA, na perspectiva crítica dialógica, é herdeira da teoria de Paulo Freire (1984, 1996), incorporada a uma pedagogia libertadora, da autonomia, problematizadora e instigante, que se constrói na superação de situações-limites, rumo ao inédito viável. (FIGUEIREDO, 2003). Quanto a esse aspecto, Paulo Freire traz imensuráveis contribuições, tendo desenvolvido concepções marcadas pelas questões sociais e da luta pelos direitos humanos dos mais humildes, dentre eles o do meio ambiente ecologicamente equilibrado, o qual pode ser alcançado através de uma formação com base em uma pedagogia crítica e prática. Numa perspectiva freiriana, o professor que trabalha a EA enquanto um “trabalhador social” (nos termos de Freire) não pode ser “um técnico friamente neutro”, que silencia sua opção, que esconde no emaranhado de suas técnicas pedagógicas uma falsa neutralidade que, ao fim e ao cabo, só trabalha pela preservação do *status quo*. (FREIRE, 1981, p. 32).

Nesse ponto, a proposta metodológica para a Educação Ambiental implica um debate em que a área seja tratada como um importante tema pedagógico, tendo-se também em vista que o homem, como ser histórico, influencia e transforma o ambiente em que vive – o que nem sempre ocorre de um modo sustentável. Assim, a escola e os professores devem assumir uma postura hermenêutica para interpretar as diferentes vozes, propondo também um caminho compartilhado para promover um ambiente saudável e equilibrado.

### **3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO INVESTIGADO**

A escola que constitui o campo empírico deste estudo é uma instituição de ensino fundamental da rede privada de uma cidade localizada no sudoeste do Estado do Piauí. De acordo com sua proposta pedagógica, a escola visa a proporcionar uma formação integral do/a educando/a para o desenvolvimento de suas potencialidades (cognitivas, motoras, afetivas, sociais e culturais), para a formação de cidadãos participativos, conscientes e atuantes na sociedade.

No Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, a proposta pedagógica visa a que o/a educando/a possa saber viver de forma harmoniosa na sociedade, cooperando e respeitando o próximo de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana. Dessa forma, presume-se que a instituição oferece aos/às seus/suas alunos/as a possibilidade de uma aprendizagem dinâmica e significativa. Vale ainda pontuar que o trabalho pedagógico está

relacionado ao contexto vivenciado pelo/a educando/a, partindo das suas experiências, para que ele/a não se sinta distante do conhecimento a ser construído. Essa aproximação facilita a assimilação dos conteúdos e não torna a aprendizagem descontextualizada da realidade.

Segundo a proposta da escola, a educação requer um processo pedagógico que se efetive de forma sistematizada e metódica, sendo necessário destacar que o processo educativo implica uma análise das relações sociais que se concretizam entre aqueles que aprendem e aqueles que ensinam. É no exercício dessa relação que se dá a aprendizagem, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade justa, socialmente equitativa e solidária, politicamente democrática, culturalmente pluralista, de diálogo inter-religioso, pautada pelos princípios éticos, estéticos, humanistas e políticos, onde todos sejam verdadeiramente reconhecidos e respeitados em sua dignidade humana e em suas diferenças.

A educação é vista pela escola como um processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para vida, articulando conhecimento formalmente estruturado e saberes adquiridos com a prática. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com as necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a autorrealização e o desenvolvimento das pessoas. Assim, a educação é atribuição e responsabilidade de múltiplos agentes e instituições: a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional e, é claro, a escola.

A Educação Ambiental, no currículo dessa escola, é trabalhada em uma abordagem da transversalidade. Vale ressaltar que essa é a abordagem que mais aparece nos textos normativos do MEC, em especial nos PCN:

A questão ambiental vem sendo considerada como cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. Essa consciência já chegou à escola e muitas iniciativas têm sido desenvolvidas em torno desta questão, por educadores de todo o País. Por estas razões, vê-se a importância de se incluir a temática do **Meio Ambiente como tema transversal** dos currículos escolares, permeando toda prática educacional (BRASIL, 1997a, p. 11, grifo nosso).

Com base nisso, a instituição prima por um trabalho que reconhece as orientações do Ministério da Educação nessa perspectiva de inserção da EA em uma abordagem transdisciplinar:

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre estes e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. (BRASIL, 1997b, p. 193-194).

Na instituição investigada, a prática pedagógica é a prática social específica, de caráter

histórico e cultural, que vai além da prática docente, das atividades didáticas dentro da sala de aula, abrangendo os diferentes aspectos do projeto pedagógico da escola e as suas relações com a comunidade e o meio ambiente. Seu currículo escolar compõe-se de conteúdos sequenciados, articulados e em inter-relação não só com a abordagem dos temas transversais dos PCN (BRASIL, 1997a, 1997b), mas também com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Tais conteúdos são compartilhados levando-se em conta as características e necessidades dos alunos e seu meio social.

Quanto ao desenvolvimento da Educação Ambiental na perspectiva transversal, reconhece-se que ela pode ser trabalhada interdisciplinar e multidisciplinarmente. Tal perspectiva é respaldada em documentos normativos do MEC que majoritariamente afirmam que a EA é interpretada na via transversal, como a Lei 9.795 (BRASIL, 1999), o Programa Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2005) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Assim, através de sua proposta pedagógica, a escola estabelece como saberes a serem desenvolvidos, tendo em vista o nível e as modalidades de educação e ensino escolares: “Realização de [...] semana do meio ambiente e outras atividades de caráter educativo. [...] Realização de oficinas de aprendizagem e capacitação, sobre artesanato e agricultura sustentável, conservação e preservação do meio ambiente.” (PPP da instituição).

Com relação às suas práticas pedagógicas, a escola visa a desenvolver atividades educativas tendo por base sua proposta pedagógica, os PCN e a BNCC, criando condições para que o aluno possa compreender o seu papel como integrante de uma realidade mais ampla. A exemplo disso, a instituição possui como metas: “Realizar encontros, debates, palestras, sobre os temas: Saúde, Meio Ambiente, Segurança, Política e Religião; [...] Construir ambiente educativo onde todos os segmentos da comunidade escolar sintam-se responsáveis pelo processo educativo e pela conservação do patrimônio escolar.” (PPP da instituição).

As práticas em EA da escola que constitui o lócus desta pesquisa compartilham da preocupação de Dias (2010) quanto ao fato de que a degradação ambiental é o resultado do analfabetismo ambiental, somado ao egoísmo, à ganância capitalista, ao imediatismo e ao materialismo do atual modelo econômico, que vê o meio ambiente como uma fonte inesgotável de recursos que gera lucros fáceis. Diante disso, “A Educação Ambiental (EA) tem sido vista como um processo capaz de contribuir para mudar esse quadro.” (DIAS, 2010, p. 11).

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho tem como futuros desdobramentos aprofundar a aproximação ao campo empírico, no intuito de gerar contribuições à comunidade onde está inserida a escola objeto deste estudo. Nessa empreitada, os professores da instituição precisam de uma pedagogia transformadora e humanizada, como a pedagogia de Paulo Freire, segundo a qual qualquer processo educativo comprometido com a transformação social deve ter como um dos seus pressupostos a convicção de que a mudança, embora difícil, é possível.

Assim sendo, trabalhar a Educação Ambiental em um pequeno município do Piauí implica uma visão das culturas opressoras dos grandes latifúndios, da exploração do trabalhador em fazendas que não possuem direitos trabalhistas resguardados. Por isso, ainda que os saberes e as práticas pedagógicas estejam aparentemente limitados ao espaço educacional, objetiva-se que essa educação seja libertadora e cidadã.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997a. v. 9: Meio Ambiente e Saúde.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Brasília: MEC/SEF, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/image>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CASCINO, F. **Educação Ambiental: princípios, história, formação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

DIAS, G. F. **Dinâmicas e Instrumentação para Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 2010.

FIGUEIREDO, J. B. A. **Educação ambiental dialógica e representações sociais da água em cultura sertaneja nordestina: uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba – CE**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos São Carlos, São Carlos, 2003.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIRON, H.; FERRARO, J. Uma proposta de diálogo entre Paulo Freire e a Educação Ambiental Crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado Educação Ambiental**, Rio Grande, n. 1, p. 239-252, 2018.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ZEPPONE, R. M. O. **Educação ambiental**: teorias e práticas escolares. Araraquara: JM Editora, 1999.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Práticas Pedagógicas. Projeto Político-Pedagógico.